
Entre esperanças e frustrações: tendências do emprego na América Latina¹

JÜRGEN WELLER

De acordo com a teoria em que se fundamentaram as reformas econômicas dos anos 80 e 90, a subutilização da força de trabalho constatada para o período caracterizado por estratégias de crescimento “para dentro” se devia principalmente a distorções criadas em diferentes mercados de fatores e bens. Em primeiro lugar, tratar-se-ia do viés antiexportador, que teria favorecido atividades substitutivas de importações e produtoras de bens e serviços não transacionáveis, em detrimento das exportações, as quais seriam mais intensivas em mão-de-obra. Em segundo, as distorções nos mercados de trabalho e de capital teriam barateado o capital e encarecido a força de trabalho, o que teria causado um impacto negativo para a demanda por mão-de-obra. E em terceiro, um viés urbano teria desfavorecido as atividades agropecuárias, geralmente intensivas no uso da mão-de-obra.

A eliminação dessas distorções em mercados de fatores e de bens levaria a um redirecionamento dos recursos para

1. As opiniões expressas neste artigo são de exclusiva responsabilidade de seu autor e podem não coincidir com as da Organização à qual está vinculado.

atividades produtoras de bens transacionáveis, sobretudo exportáveis, e para tecnologias mais intensivas em mão-de-obra, aumentando assim sua demanda. A prazo mais longo, melhoraria a distribuição funcional em favor do fator trabalho, já que a maior demanda relativa do trabalho e a produtividade necessariamente crescente no marco de economias abertas permitiriam melhorias salariais. Além disso, o conjunto das reformas teria um impacto positivo no crescimento econômico, variável fundamental para uma maior geração de emprego. Finalmente, devido à abundância relativa de mão-de-obra pouco qualificada, o aumento na demanda laboral se concentraria nesse segmento da força de trabalho. Dessa maneira, aumentariam os salários relativos dos pouco qualificados, o que teria efeitos distributivos positivos adicionais.

Em contraste, os críticos das reformas econômicas enfatizavam que estas levariam a uma piora da situação nos mercados de trabalho, ao provocar demissões em massa no setor público, nas empresas privatizadas e nas empresas privadas que enfrentam uma crescente competição externa, sobretudo na indústria manufatureira (“desindustrialização”), gerando desse modo um “crescimento sem emprego” (*jobless growth*). Além disso, a qualidade do emprego cairia devido a reformas de flexibilização do mercado de trabalho.

Neste artigo, apresentam-se alguns indícios empíricos sobre as características da evolução do emprego na América Latina e no Caribe nos anos 90. Depois de descrever algumas tendências gerais nos mercados de trabalho da região (seção 2), discutem-se os fatores determinantes a respeito, em termos das dinâmicas da oferta de mão-de-obra, do crescimento econômico e da capacidade geradora de emprego desse crescimento (seção 3). Em seguida, analisam-se as características da recente geração de emprego por setores (seção 4). Na última seção, apresentam-se algumas conclusões.

1. Tendências gerais nos mercados de trabalho latino-americanos

Durante os anos 90, a oferta de mão-de-obra na região tendeu a crescer com um dinamismo menor do que na década anterior porque, desde os anos 70, a redução anterior da taxa de natalidade desacelerou a expansão da população em idade de trabalhar (PET). No entanto, a taxa global de participação (a proporção da população em idade de trabalhar que está disposta a fazê-lo) continuou em ascensão, causada por uma maciça inserção das mulheres no mercado de trabalho, registrada em muitos países (Gráfico 1).

Gráfico 1. América Latina: participação da mão-de-obra e ocupação, anos 90, média ponderada de 12 países.



Fonte: CEPAL 2001.

De fato, entre 1991 e 2000, na média simples de 14 países, a taxa de participação das mulheres aumentou quase seis pontos percentuais e superou os 42%, enquanto que a participação dos homens se manteve parada ao redor de 72% (CEPAL, 2001).²

2. O Brasil foi um caso atípico já que, partindo, no início dos anos 90, de uma participação relativamente elevada das mulheres na mão-de-obra, teve esta participação aumentada só levemente no decorrer da década. Como, além disso, a participação dos homens na mão-de-obra diminuiu em nível regional, onde, na medição ponderada, a evolução de Brasil incide fortemente, a participação global subiu só levemente, tal como indica o Gráfico 1.

Por sua vez, a taxa de ocupação (a porcentagem da PET que se encontra trabalhando) mostrou uma clara tendência decrescente (veja-se novamente o Gráfico 1). Em consequência, a melhora do desempenho dos países da região, em termos de crescimento econômico com respeito aos anos 80, não se refletiu numa redução do desemprego (indicado pela zona sombreada no Gráfico 1). Ao contrário, com o aumento do desemprego ao longo da década – especialmente no segundo lustro – superaram-se, em nível regional, as taxas registradas durante a crise da dívida do início dos anos 80.

A debilidade da geração de emprego produtivo durante os anos 90 se expressou não somente em um alto desemprego aberto, como também nas mudanças da composição do emprego. Segundo cálculos da OIT (2000 e 2001), aproximadamente 60% dos novos postos de trabalho urbano foram criados no setor informal. Em consequência, entre 1990 e 2000, a participação das microempresas, do trabalho por conta própria e não remunerado, assim como do serviço doméstico no emprego urbano subiu de 42.8% para 46.9%. Em contraste, diminuiu a proporção das empresas privadas formais – pequenas, médias e grandes – e, sobretudo, do setor público (KLEIN e TOKMAN, 2000). Habitualmente, relaciona-se o aumento da informalidade com níveis de produtividade e de renda mais baixos e, em geral, com empregos de pior qualidade. Embora seja importante sublinhar a heterogeneidade do setor, em que um segmento de trabalhadores opta pela informalidade graças às vantagens que possa oferecer (MALONEY, 1999), e que mudanças tecnológicas e organizacionais recentes enfraquecem os instrumentos tradicionais de sua medição, em média, uma expansão desse setor constitui um mau resultado da evolução dos mercados de trabalho. De fato, existe nos países da região uma clara relação negativa entre o crescimento econômico e a variação da informalidade (WELLER, 2001:53).

Outro elemento que indica uma piora da qualidade do emprego é a queda da cobertura pela legislação trabalhista e social bem como a precarização da situação contratual, características da evolução trabalhista recente.³

Depois de sofrerem perdas na década anterior, nos anos 90 os salários reais das empresas formais voltaram a subir, de tal modo que, em 2000, na média, estavam mais de 20% acima do nível de fins da década de 1980. A situação é menos favorável em relação aos salários mínimos que haviam caído fortemente durante os anos 80. No início dos anos 90, voltaram a diminuir, e com os aumentos de fins da década, só se puderam recuperar as perdas mais recentes. Desse modo, aumentou a distância entre salários mínimos e médios. Isso contribuiu para uma queda dos salários relativos dos menos qualificados. Mais relevante ainda foi o fato de que, ao contrário das expectativas, a demanda por mão-de-obra mostrou um viés a favor da força de trabalho com níveis educacionais mais elevados.⁴

Gráfico 2. América Latina: evolução das remunerações reais, anos 90.



Fonte: Elaboração própria com base em CEPAL 2001.

3. Vejam-se, por exemplo, Infante (1999), Weller (2000:173-178), OIT (2001:67s).

4. Vejam-se, a respeito, Robbins (1996), Lora e Olivera (1998) e Weller (2000).

Em resumo, durante os anos 90, a geração de emprego foi débil, o desemprego cresceu e uma grande parte dos novos empregos surgiu em atividades de menor produtividade. Ao mesmo tempo, os salários formais subiram, mas não tanto os salários mínimos, e os salários relativos evoluíram a favor dos mais qualificados.

2. Oferta, demanda e a capacidade geradora de emprego

Como se compara a evolução do emprego com o desempenho das décadas anteriores? A Tabela 1 mostra que a taxa de geração de emprego (e também de emprego assalariado) cresceu, entre os anos 50 e 70, e caiu nas décadas seguintes. Não obstante, a elasticidade-emprego do produto dos anos 90 não se diferencia da média regional de todo o período 1950-1999. Assim, nesse nível de agregação, não se registraram mudanças fundamentais, nem na direção de um maior uso relativo da força de trabalho do que nas décadas anteriores (como se argumentou a favor das reformas), nem no sentido de uma menor intensidade de emprego (como se criticou durante os anos 90), e não se pode falar de um crescimento sem emprego (*jobless growth*). Desse modo, a causa principal (embora não necessariamente a única) do aumento do desemprego aberto nos anos 90 teria sido a debilidade do crescimento econômico, insuficiente para enfrentar a crescente oferta de mão-de-obra.

Tabela 1. América Latina e Caribe: crescimento do produto, do emprego e da elasticidade-emprego do produto, anos 50 a 90.

Período	Crescimento econômico	Crescimento do emprego	Elasticidade-emprego do produto	Crescimento do emprego assalariado	Elasticidade-emprego assalariado do produto
Anos 50	5.1	1.9	0.4	2.5	0.5
Anos 60	5.7	2.3	0.4	2.7	0.5
Anos 70	5.6	3.8	0.7	4.7	0.8
Anos 80	1.2	2.9	2.6	2.4	2.0
Anos 90 ¹	3.2	2.2	0.7	2.0	0.6
Anos 50 a 90	4.2	2.6	0.6	2.9	0.7

Nota: Para os anos 50 a 70, o crescimento do emprego corresponde ao crescimento da força de trabalho. 1990-1999.

Fonte: STALLINGS e WELLER (2001).

Contudo, a perspectiva histórica ressalta a evolução relativamente débil do emprego *assalariado*. Enquanto entre os anos 50 e 70, o emprego assalariado cresceu com taxas mais elevadas do que o emprego em seu conjunto, expandindo dessa maneira sua participação no emprego total, nos anos 90, o emprego nessa categoria se expandiu com uma taxa menor do que a do emprego em seu conjunto, o que reflete a débil geração de emprego formal, mencionada anteriormente. Somente nos anos 80 seu desempenho foi pior, com uma contração mais forte da participação do emprego assalariado no emprego total.

Nesse contexto, é preciso levar em conta que existe uma alta correlação a longo prazo entre a oferta de mão-de-obra e a ocupação – sobretudo na ausência de sistemas de proteção de desemprego. A oferta de mão-de-obra se determina, em parte, por processos socioculturais que não podem ser interpretados exclusivamente com base em variáveis econômicas. Assim,

seria uma simplificação equivocada atribuir o maior ou menor crescimento do emprego em diferentes períodos às características do crescimento econômico, especificamente à maior ou menor intensidade no uso da força de trabalho nos processos de produção e da demanda laboral que dela resulte.

O mesmo vale para a comparação entre países. O Gráfico 3a mostra, para 17 países da região, o aumento anual da população em idade de trabalhar e a geração anual de emprego nos anos 90. A oferta de mão-de-obra está representada pela população em idade de trabalhar (PET) e não pela população economicamente ativa (PEA), já que, nesta última variável, entram – além do crescimento a curto prazo estável da PET – fatores de resposta às tendências do mercado de trabalho, de tal modo que apresentaríamos uma causalidade circular entre a evolução da oferta e da demanda laboral. Em contraste, se poderia chamar a PET de oferta de mão-de-obra “de fundo”, não influenciada pelas variações da participação trabalhista.

Gráfico 3. América Latina e o Caribe (17 países): oferta de mão-de-obra e emprego, anos 90.

Gráfico 3a. Oferta de mão-de-obra e emprego total.

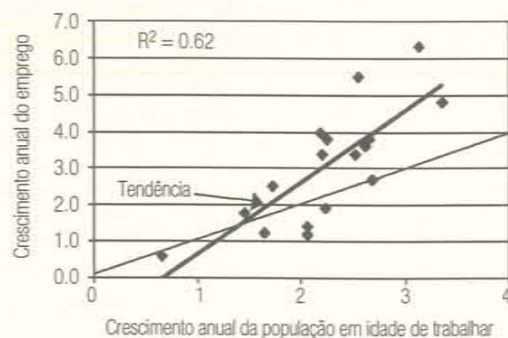
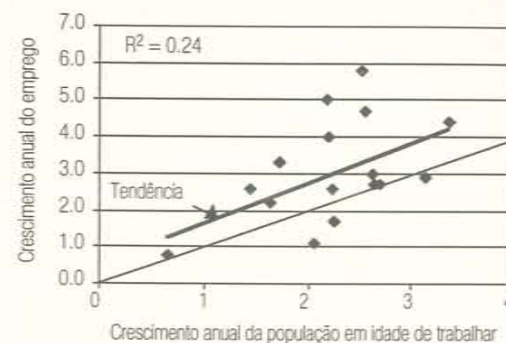


Gráfico 3b. Oferta de mão-de-obra e emprego assalariado.



Fonte: Elaboração própria com base em dados oficiais dos países.

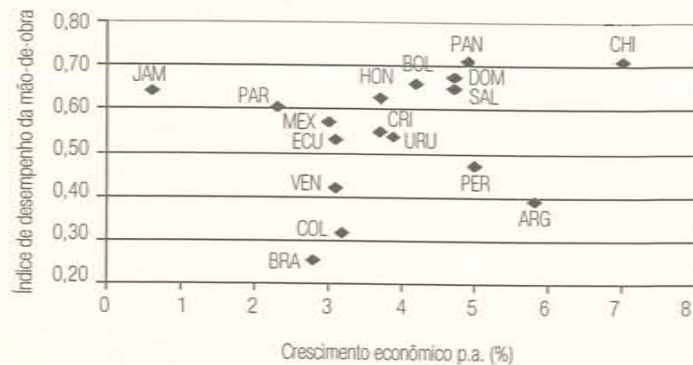
Em primeiro lugar, constata-se que, na maioria dos países, o emprego cresceu com taxas mais elevadas do que a PET (porque se situam acima da linha de 45 graus), o que está de acordo com a tendência da evolução da participação da força de trabalho na maioria dos países da região. Somente em 5 países o emprego cresceu menos que a oferta de mão-de-obra “de fundo”. Em segundo lugar, observa-se uma correlação relativamente alta entre ambas as variáveis, o que confirma o pressuposto de que a evolução da oferta de mão-de-obra determina, em grande parte, o nível da expansão do emprego, tanto a longo prazo, como na comparação entre países.

A correlação entre a oferta de mão-de-obra “de fundo” e a evolução do emprego assalariado (Gráfico 3b) também é positiva, mas muito menos estreita do que aquela relativa ao emprego em seu conjunto. Isso reflete, por um lado, que a pressão da oferta também influi no crescimento do emprego nessa categoria, mas por outro lado, que a demanda da força de trabalho é muitas vezes mais importante para o emprego assalariado do que para outras categorias.

Se analisarmos o impacto do crescimento econômico sobre o desempenho da mão-de-obra em um sentido mais amplo,

detecta-se uma alta correlação. Para elaborar o Gráfico 4, construiu-se um índice que quantifica os resultados de 17 países nos anos 90 com relação a quatro variáveis: as variações da taxa de desemprego, da taxa de ocupação e do salário real no setor formal, e a relação entre o crescimento do emprego assalariado e o emprego em seu conjunto (como indicador da força relativa da demanda trabalhista). Calcularam-se sub-índices para cada variável, para os quais se atribuiu um valor entre 0 e 1 aos países, segundo sua distância do país com o melhor (1) e o pior (0) desempenho, e se tirou a média desses quatro sub-índices para calcular o índice do desempenho da mão-de-obra.

Gráfico 4. Crescimento econômico e desempenho da mão-de-obra, anos 90.



Nota: O período de análise é 1990-1997

Fonte: Weller (2000).

Os *outliers* relativos à alta correlação entre o crescimento econômico e o índice de desempenho da mão-de-obra são, por um lado, Argentina e Peru, onde as reformas levadas a cabo com grande velocidade no início da década tiveram um impacto negativo em vários aspectos do mercado de trabalho e, por outro lado, a Jamaica, onde o desempenho da mão-de-obra foi melhor

do que o esperado, graças a uma geração de emprego assalariado privado relativamente forte em atividades terciárias, uma melhoria dos salários reais e um estancamento do desemprego, embora em alto nível.

Exercícios econométricos indicam que as reformas econômicas influíram de maneira ligeiramente positiva no crescimento, tendo por esta via um impacto favorável sobre o emprego (STALLINGS e PERES, 2000). No entanto, ao contrário das expectativas, as reformas teriam aparentemente reduzido a intensidade de mão-de-obra do crescimento, com consequências negativas para a geração de postos de trabalho (WELLER, 2000:65-70). Esse processo não foi transitório, já que a redução da intensidade de mão-de-obra parece ter-se mantido no prazo mais longo. Muito relacionada a isso, em nível agregado, a abertura comercial teve um impacto negativo na intensidade laboral do crescimento. Finalmente, detectou-se uma correlação positiva entre o tipo de câmbio real e a intensidade de mão-de-obra, o que em vista das tendências de apreciação predominantes durante a maior parte dos anos 90 na região, chama a atenção para outro fator que influiu negativamente na demanda por mão-de-obra.

3. A evolução setorial do emprego

Durante os anos 90, mantiveram-se as tendências de longo prazo de uma redução do setor primário e de uma expansão do setor terciário no emprego, enquanto a expansão relativa do emprego do setor secundário, interrompida no início dos anos 80 e reativada no final dessa década, aparentemente chegou ao fim, o que se destaca como principal mudança de tendência setorial (veja-se Tabela 2).

Tabela 2. América Latina e Caribe (17 países): crescimento e contribuição ao emprego novo, por ramo de atividade, anos 90¹ (em %).

Ramo de atividade ¹	Crescimento anual		Contribuição para novos empregos	
	Média ponderada	Mediana	Média ponderada	Mediana ²
Agricultura (13)	-0.4	-0.3	-4.3	-2.6
Indústria manufatureira (17)	1.2	1.2	8.3	9.0
Construção (17)	2.8	3.1	7.8	6.5
Comércio, restaurantes e hotéis (17)	4.0	5.7	32.7	33.8
Serviços financeiros ³ (15)	6.0	5.6	12.3	11.1
Serviços básicos ⁴ (17)	4.4	4.2	10.8	8.9
Serviços sociais, comunais e pessoais (17)	2.7	3.0	34.8	35.7
Outros (17)	-2.3	-1.4	-2.3	-0.3
Total (17)	2.2	3.5	100.0	100.0

Nota: A informação cobre o período dos anos 90 até 1999.

¹Entre parênteses se indica o número de países com informação disponível.

²O total das contribuições não necessariamente soma cem. ³Inclui seguros, serviços a empresas e bens de raiz. ⁴Inclui eletricidade, gás e água, bem como comunicações, transporte e armazenamento.

Fonte: Weller (2001).

Com efeito, entre 1990 e 1999, o emprego industrial expandiu-se levemente, a uma taxa anual de 1.2%, contribuindo menos de 10% para os novos empregos. É preciso levar em conta, porém, que nos países médios e grandes existe um claro contraste entre a estagnação ou mesmo a contração do emprego industrial em países como Argentina, Brasil e Colômbia, e uma expansão no México. O emprego agropecuário diminuiu também em termos absolutos, o que aprofunda a tendência anterior de uma redução relativa do emprego nesse setor.

A construção civil, como atividade que é muito intensiva no uso de mão-de-obra, mas ao mesmo tempo muito sensível à situação conjuntural da economia, contribuiu por volta de 7% para o novo emprego na região. No entanto, foram os diferentes ramos do setor terciário que registraram o desempenho mais dinâmico em termos de geração de emprego. Destacam-se, por um lado, alguns ramos de atividade vinculados em grande parte à transformação modernizante das economias da região, sobretudo o ramo de serviços financeiros, seguros, serviços para empresas e bens de raiz e os serviços básicos (eletricidade, gás e água; transporte, armazenamento e comunicações). Por outro lado, no ramo do comércio, restaurante e de hotéis, encontram-se tanto atividades muito dinâmicas durante os anos 90 (grandes lojas e supermercados, comércio exterior e turismo) como também o típico comércio informal. Um alto grau de heterogeneidade também caracteriza os serviços sociais, comunais e pessoais. Em termos regionais, os dois últimos ramos contribuíram quase 70% para os empregos gerados nos anos 90. Logicamente, esses ramos aumentaram ainda mais seu peso em países com destruição líquida de emprego nos setores primários e secundários.⁵

A expansão do emprego nos serviços foi um fator preponderante para o aumento do emprego feminino, já que as mulheres aumentaram sua participação nesses setores, onde já anteriormente contribuíam com uma proporção elevada da mão-de-obra (CEPAL, 1997:54 e MARINAKIS, 1999:13-16).

5. Em Weller (2001), apresenta-se uma análise detalhada da heterogeneidade das características do emprego nos diferentes ramos do setor terciário.

Tabela 3. América Latina e Caribe (9 países): a dinâmica do emprego feminino no setor terciário, anos 90.

País e período	Crescimento anual do emprego no setor terciário			Participação de mulheres ocupadas no setor terciário no emprego total (em %)			
	total	homens	mulheres	assalariadas ¹		trabalhadoras por conta própria e não remuneradas	
				Ano 1	Ano 2	Ano 1	Ano 2
Argentina, 1991-1997	2.3	1.7	3.1	22.4	25.6	5.4	5.8
Bolívia, 1989-1996	7.1	6.7	7.8	11.0	11.9	20.8	19.0
Brasil, 1993-1996	3.0	2.6	3.5	19.1	20.9	6.2	6.4
Chile, 1990-1996	4.2	3.9	4.6	12.4	14.9	5.5	5.5
Colômbia, 1988-1995	4.8	3.9	5.8	11.5	14.2	6.1	8.4
Costa Rica, 1990-1996	4.1	4.0	4.3	16.1	18.3	3.7	4.4
Jamaica, 1989-1996	3.2	4.5	2.3	20.5	22.1	9.8	10.8
México, 1991-1997	4.7	4.5	4.9	13.9	14.4	7.3	8.3
Peru, 1994-1997 ²	4.5	3.4	5.8	8.6	8.3	14.1	14.2
Países, mediana	4.2	3.9	4.6	13.9	14.9	6.2	8.3

Notas: ¹Inclui o serviço doméstico em Argentina, Brasil, Costa Rica e México.

²O emprego assalariado se refere exclusivamente ao emprego privado.

Fonte: Elaboração própria com base em informação oficial dos países.

A Tabela 3 mostra a evolução polarizada da geração de emprego feminino. Por um lado, o emprego assalariado das mulheres beneficiou-se com o aumento da demanda de mão-de-obra em muitas atividades terciárias, nas quais elas têm uma

participação mais elevada do que nos outros grandes setores. Com exceção do Peru, em todos os casos com informação disponível, aumentou a participação do emprego assalariado das mulheres no conjunto do emprego. Mas também o trabalho por conta própria e o não remunerado se expandiram, sobretudo nas atividades terciárias, o que refletiria, em sua grande maioria, a expansão das típicas atividades informais.

Com as características do novo emprego nos anos 90, acelerou-se o processo vigente durante as décadas anteriores de um aumento do setor terciário na estrutura do emprego. Perto do final da década, em 13 de 15 países com informação nacional, as atividades terciárias abarcaram mais de 50% do emprego, e em 4 países chegaram a mais de 60%. Em 1999, para o conjunto da região, 54.9% dos ocupados exerciam atividades terciárias (incluindo os serviços básicos). Também se acelerou a redução do emprego agropecuário no emprego total: enquanto em décadas anteriores havia crescido com taxas abaixo do emprego em seu conjunto, nessa década, em nível regional e em 7 de 13 países com informação disponível, mostrou um decréscimo em cifras absolutas. Em consequência, a participação do setor baixou para 23.5% na região. No final da década, o emprego industrial representava apenas 13.7% do emprego total da região, enquanto que a construção contribuía com outros 6.0%.

Pode-se concluir que não se cumpriram as expectativas postas nas reformas – sobretudo a comercial – com respeito à geração de emprego em nível setorial, a qual se centraria nos setores produtores de bens transacionáveis. Ao contrário, os setores que abarcam principalmente atividades de produção de bens transacionáveis – primário e secundário – cresceram em produtividade, mas só muito pouco em emprego, enquanto que, no setor terciário, caracterizado por atividades não transacionáveis, aumentou o emprego, mas não a produtividade. Isso revela o fato de que a intensificação da inserção da região nos

mercados globais não se baseou numa combinação de fatores que refletisse a abundância relativa da força de trabalho em relação ao capital, como se esperava. Por um lado, em muitos mercados, cada vez mais integrados, se impõem pautas de competitividade cujos *benchmarks* se definem, em grande parte, por tecnologias que economizam mão-de-obra. Por outro lado, em outros produtos em que a competitividade, na terminologia de Porter (1990), é antes *basic factor driven*, com um peso forte da disponibilidade de uma abundante força de trabalho de níveis de qualificação relativamente baixos, outras regiões levam aparentemente vantagem em relação à América Latina (WOOD, 1997).

4. Conclusões e perspectivas

O desempenho da mão-de-obra dos países da região durante os anos 90 foi pouco satisfatório.⁶ Não se cumpriram as expectativas geradas em torno do impacto favorável das reformas econômicas no que se refere a uma maior intensidade de mão-de-obra no crescimento econômico, ao papel dos setores produtores de bens transacionáveis como motores de geração de emprego e a uma melhoria dos salários relativos. Pressupostos como as vantagens comparativas que teria a América Latina no uso de mão-de-obra pouco qualificada estavam equivocados. O crescimento econômico, ainda que bem maior do que nos anos 80, foi modesto na perspectiva histórica. No entanto, tampouco se pode falar de um crescimento sem emprego, já que o dinamismo da atividade econômica continua sendo fator decisivo – embora não único – no que diz respeito ao desempenho da mão-de-obra.

6. Este foi o resultado predominante nos estudos correspondentes. Veja-se, para uma revisão da literatura, Tuman (2000).

Nesse contexto, é preciso insistir nas pautas diferenciadas da evolução do emprego no norte da região (México, América Central, parte do Caribe) e na América do Sul, pois na primeira sub-região, a crescente integração com o mercado norte-americano (aproveitando a proximidade geográfica e condições comerciais especiais) permitiu a expansão de atividades intensivas em mão-de-obra (têxteis para exportação, certos produtos agrícolas) e se pôde aproveitar o dinamismo desenvolvido por esse mercado durante a década passada. Em consequência, indicadores-chave como a elasticidade-emprego do crescimento, a geração de emprego assalariado e o emprego industrial registraram um desempenho melhor do que nos países do sul (STALLINGS e WELLER, 2001). Obviamente, as atividades em questão sofreram com o esfriamento da economia norte-americana, sobretudo em 2001, mas se beneficiariam de uma recuperação em um grau que depende do dinamismo que essa economia gere.

No conjunto da região, o baixo crescimento econômico de 2001 refletiu-se numa piora da situação laboral e foi somente devido à redução da oferta de mão-de-obra, em reação às limitadas oportunidades de emprego, que a taxa de desemprego não subiu, já que os níveis de ocupação diminuíram (OIT, 2001). No ano em curso, pode-se prever que a região registrará novamente um crescimento baixo, com importantes divergências entre os países, as quais terão consequências para o desempenho da mão-de-obra. É de se esperar que o desemprego aumente em nível regional, como efeito da debilidade persistente da geração de emprego e de um possível aumento da oferta de mão-de-obra. A situação da mão-de-obra tenderá a melhorar somente quando se reativar o crescimento econômico, embora provavelmente com o atraso típico, o qual novamente nos lembra da importância não apenas de taxas de crescimento elevadas, mas também de uma menor volatilidade. Em um contexto em que a política macroeconômica tem

instrumentos limitados (e, em muitos países, subutilizados) para isso, é prioritário o desenvolvimento de instrumentos de proteção, como seguros de desemprego.

Além dos aspectos macroeconômicos, há aspectos estruturais preocupantes na evolução recente dos mercados de trabalho: a evolução polarizada do emprego, com o surgimento de alguns empregos de boa qualidade em atividades dinâmicas e a maior parte dos novos postos de trabalho em ocupações de baixa produtividade, baixos salários e, em geral, má qualidade, assim como a crescente distância salarial que se reflete fortemente numa maior desigualdade social, reforçada pela segmentação em outros aspectos, como a educação, a segmentação urbana etc. (KLEIN e TOKMAN, 2000). Com respeito à mão-de-obra, portanto, é preciso fazer da modernização econômica um processo inclusivo, por exemplo, por meio da maior incorporação da pequena e média empresa, um maior aproveitamento dos potenciais de indústria manufatureira e a transformação da produção de bens primários (ALTENBURG, QUALMANN e WELLER, 2001).

Referências Bibliográficas

- ALTENBURG, Tilman, QUALMANN, Regine, WELLER, Jürgen. *Modernización económica y empleo en América Latina. Propuestas para un desarrollo incluyente*. Santiago: CEPAL, 2001. (Serie Macroeconomía del Desarrollo 2).
- CEPAL. *Estudio económico de América Latina y el Caribe 2000-2001*. Santiago: CEPAL, 2001.
- _____. *Panorama social de América Latina 1997*. Santiago: CEPAL, 1997.
- INFANTE, Ricardo (Ed.). *La calidad del empleo. La experiencia de los países latinoamericanos y de los Estados Unidos*. Ginebra: OIT, 1999.

- KLEIN, Emilio, TOKMAN, Víctor. La estratificación social bajo tensión en la era de la globalización. *Revista de la CEPAL*, n. 72:7-30, 2000.
- LORA, Eduardo, OLIVERA, Mauricio. Macro policy and employment problems in Latin America. In: *EMPLOYMENT IN LATIN AMERICA: WHAT IS THE PROBLEM AND HOW TO ADDRESS IT?* Cartagena de Indias, 15 de março, 1998. (Working paper 372).
- MALONEY, William F. *The structure of labor markets in developing countries: Time series evidence on competing views*. Washington, DC: The World Bank, 1999. (Policy research working paper 1940).
- MARINAKIS, Andrés E. *Género, pobreza y empleo en los países del cono sur: Interrelaciones y estado de situación*. Lima: OIT, Oficina regional, 1999. (Documento de Trabajo, 112).
- OIT. *Panorama laboral 2001*. Lima: OIT, 2001.
- _____. *Panorama laboral 2000*. Lima: OIT, 2000.
- PORTER, Michael E. *The competitive advantage of nations*. Londres / Basingstoke: Macmillan Press, 1990.
- ROBBINS, Donald J. *Evidence on trade and wages in the developing world*. Paris: OECD Development Centre, 1996. (Technical Papers, 119).
- STALLINGS, Barbara, PERES, Wilson. *Crecimiento, empleo y equidad: el impacto de las reformas económicas en América Latina y el Caribe*. Santiago: CEPAL / Fondo de Cultura Económica, 2000.
- STALLINGS, Barbara, WELLER, Jürgen. El empleo en América Latina, base fundamental de la política social. *Revista de la CEPAL*, n. 75:191-210, 2001.
- TUMAN, John P. Labor markets and economic reform in Latin America: a review of recent research. *Latin American Research Review*, 35 (3):173-187, 2000.
- WELLER, Jürgen. *Procesos de exclusión e inclusión laboral: la expansión del empleo en el sector terciario*. Santiago: CEPAL, 2001. (Serie Macroeconomía Del Desarrollo, 60).

_____. *Reformas económicas, crecimiento y empleo: los mercados de trabajo en América Latina*. Santiago: CEPAL / Fondo de Cultura Económica, 2000.

WOOD, Adrian. Openness and wage inequality in developing countries: The Latin American challenge to east Asian conventional wisdom. *The World Bank Economic Review*, 11 (1):33-57, 1997.

Resumo

Neste artigo, apresentam-se alguns indícios empíricos sobre as características da evolução do emprego na América Latina e no Caribe nos anos 90. Depois de descrever algumas tendências gerais nos mercados de trabalho da região (seção 2), discutem-se os fatores determinantes a respeito, em termos das dinâmicas da oferta de mão-de-obra, do crescimento econômico e da capacidade geradora de emprego desse crescimento (seção 3). Em seguida, analisam-se as características da recente geração de emprego por setores (seção 4). Na última seção, apresentam-se algumas conclusões.